

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2026/17929</b>	<b>26995/2026</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Assunto do Processo		
<b>Proposta à Câmara Municipal - Protocolo de Cooperação a celebrar com a Associação Empresarial de Braga no âmbito dos apoios socioeducativos para criação do programa "Voucher- Educação para os alunos do 1º ciclo do Ensino Básico, da rede pública, do concelho de Braga".</b>		
Unidade Administrativa		
<b>DDH - DE [APOIOS SOCIAIS]</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão, que aprove a manutenção do programa "Voucher-Educação" e as respetivas regras de funcionamento, constantes da minuta do Protocolo de Cooperação em anexo.

### DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

João Vasconcelos Barros Rodrigues (1/1)  
Presidente da Câmara Municipal  
Data: 2025-05-20 10:26  
HASH: 72767aee1fa280377f3c4e6e69c031f9



**Nº processo:** 26995/2026

**Data:** 22/05/2026

**Assunto:** Protocolo de Cooperação a celebrar com a Associação Empresarial de Braga no âmbito dos apoios socioeducativos para criação do programa “Voucher-Educação para os alunos do 1º ciclo do Ensino Básico, da rede pública, do concelho de Braga”.

**PROPOSTA** - Considerando que:

1. A Constituição da República Portuguesa estabeleceu no respetivo artigo 74.º, n.º 2, alínea a), o princípio de universalidade, obrigatoriedade e gratuidade do ensino básico.
2. O Município de Braga tem procurado construir políticas sociais que favorecem o apoio à família.
3. A nível municipal o apoio em matéria de aquisição de manuais escolares insere-se nas atribuições dos municípios no domínio da educação e ação social escolar, previstas nas alíneas d) e h) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação.
4. Se encontra legalmente previsto no Regime Jurídico das Autarquias Locais, que cabe à Assembleia Municipal aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa ao Município – cfr. alínea g) do nº 1 do artigo 25 da já referida Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
5. As referidas atribuições municipais são desenvolvidas através das competências materiais cometidas às Câmaras Municipais, incluindo-se o auxílio a prestar aos estudantes através da atribuição de auxílios económicos – cfr. o disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
6. O Município de Braga tem vindo a adotar uma política educativa assente na construção de uma escola inclusiva, em que o acesso à educação seja



um direito assumido, promovendo um conjunto de políticas que fomentem a equidade no acesso à escolaridade e que passam pela implementação de medidas de apoio socioeducativo, como a atribuição de benefícios em espécie ou de natureza pecuniária, apoio alimentar, atribuição de auxílios económicos e desenvolvimento de atividades de apoio à família.

7. Para o ano letivo de 2026/2027, entende-se que o Município de Braga deve dar continuidade às medidas de apoio, pensadas para os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, da rede pública do concelho, através da atribuição do “Voucher-Educação” para aquisição dos manuais de fichas, que complementam os respetivos manuais escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico.
8. Com vista a assegurar uma gestão eficiente dos procedimentos e garantir que o apoio é atribuído de uma forma direta e sem encargos para os beneficiários, ao mesmo tempo que se desenvolve a economia e se dinamiza o comércio local, contamos com a cooperação da Associação Empresarial de Braga (AEB) na identificação dos estabelecimentos comerciais aderentes o programa “Voucher - educação”, bem como na condução de todo o processo entre os estabelecimentos comerciais e o Município.
9. Com efeito, a Associação Empresarial de Braga é uma associação empresarial, sem fins lucrativos, e com estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública, já agraciada com a medalha de ouro da cidade de Braga, apresentando 153 anos de história e mais de 7.350 associados inscritos, dos quais cerca de 1.243 mantém uma ligação efetiva à instituição na atualidade.
10. Nas últimas décadas a AEB tem concretizado projetos de modernização e desenvolvimento empresarial de reconhecido sucesso, sendo frequentemente referenciada como uma das mais representativas e dinâmicas associações de empresários de Portugal.
11. Com vista à prossecução dos objetivos nucleares da sua atuação, a AEB possui recursos e técnicos para otimizar as relações com as empresas.
12. Os custos associados à manutenção da estrutura profissional da AEB para a prestação dos referidos serviços à comunidade empresarial e bracarense são suportados pelas quotizações dos Associados e através



do cofinanciamento de projetos desenvolvidos no âmbito da implementação de programas nacionais e comunitários de apoio às atividades empresariais e qualificação dos recursos humanos.

13. A Câmara Municipal de Braga tem vindo a apoiar a AEB, e o tecido empresarial do concelho, no sentido de promover o desenvolvimento económico e empresarial, tendo celebrado já no decurso do ano de 2021 “Acordo de Cooperação para Apoio ao Empreendedorismo, Formação, Inovação e Dinamização da Atividade Comercial Turística” que consagra, entre outros, o desenvolvimento de ações conjuntas, com a finalidade de promover iniciativas de dinamização comercial, em parceria com a Câmara Municipal de Braga e outros operadores relevantes, bem como atividades de divulgação da oferta comercial, turística e cultural de Braga”.
14. Atendendo à relevância e interesse coletivo das atividades desenvolvidas pelas associações empresariais, em particular pela AEB, importa ainda, no atual contexto socioeconómico, estimular as atividades económicas através do reforço da cooperação entre organismos do Estado e as Associações, sendo para o efeito necessário o estabelecimento de acordos e protocolos de cooperação que proporcionem condições favoráveis ao desenvolvimento empresarial, em especial nas áreas de apoio ao empreendedorismo, formação, inovação empresarial e promoção comercial.
15. De acordo com os referidos preceitos e fundamentos, entende-se dever ser assegurada a colaboração da AEB em termos que protejam os direitos e deveres de cada uma das partes mediante a celebração de protocolo de cooperação.
16. No caso concreto, atendendo às especiais condições na gestão dos procedimentos para a atribuição dos vouchers para aquisição dos manuais de fichas, justifica-se que as mesmas sejam asseguradas por entidades de natureza coordenadora de âmbito local, especialmente vocacionada para o efeito e em condições de vantagem em termos logísticos, com maior economia para o município.
17. Devem assim, ser fixadas as condições para a utilização do “Voucher-Educação para os Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, da rede pública, do concelho de Braga”, através da identificação das respetivas regras de



funcionamento, nas quais se estabelecem os critérios de elegibilidade dos beneficiários, regras de adesão dos estabelecimentos comerciais, bem como as regras procedimentais aplicáveis ao pedido e atribuição do apoio criado.

18. Relativamente ao valor da despesa prevista, foi calculado o montante no valor de € 275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil euros), por estimativa ao preço de capa de cada título tal como indicado pelos Agrupamentos de Escolas abrangidos e aprovado em Conselho Pedagógico, bem como por referência à despesa do ano anterior e ao número previsto de alunos a beneficiar no futuro ano letivo.

Nestes Termos, em face da necessidade de desencadear os procedimentos necessários à implementação do programa, em tempo do início do ano letivo, propomos ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga, que ao abrigo do disposto nas alíneas d) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea h do n.º 1 do artigo 33.º todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, profira despacho no sentido de:

- A. Aprovar a manutenção do programa “Voucher-Educação” e as respetivas regras de funcionamento, constantes da minuta do Protocolo de Cooperação.
- B. Aprovar/alocar ao mencionado programa a dotação de € 275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil euros), para o ano letivo de 2026/2027.

A Técnica Superior,

